

A questão agrária brasileira e moçambicana: semelhanças e diferenciações.

Vicente Eudes Lemos Alves*

RESUMO

O presente texto busca abordar problemáticas da questão agrária brasileira e moçambicana. Partindo de uma análise da experiência colonial vivida pelos dois países sob o domínio da metrópole portuguesa procura-se traçar um quadro sobre as aproximações e as diferenciações existentes tanto no que diz respeito do desenrolar ao processo colonial pelo qual cada um deles passou quanto às heranças socioeconômicas deixadas em seus respectivos territórios nacionais. Busca-se, sobretudo, apontar que as estruturas do espaço agrário desses países, construídas durante o período de colonização portuguesa, ainda persistem no presente e são responsáveis, em grande medida, pelas condições de subdesenvolvimento encontradas, mesmo que entre eles ocorram algumas diferenciações.

Palavras-chave: colonização portuguesa, Brasil-Moçambique, questão agrária, modernização, subdesenvolvimento.

THE BRAZILIAN AND MOZAMBIKAN AGRARIAN QUESTION: SIMILARITIES AND DIFFERENCES

ABSTRACT

The aim of this paper is to address some agrarian problems in Brazil and Mozambique. Based on an analysis of the colonial experience lived by both countries under the dominion of Portugal, it seeks to identify not only similarities and the differences regarding the colonial process they went through, but socio-economic legacies left in both territories as well. It is claimed that the agrarian space structures built during Portuguese colonization are still recognized in both countries. They are largely responsible for the underdevelopment conditions even though it's possible to recognize some differences between them.

Key words: Portuguese colonization, Brazil-Mozambique, agrarian question, modernization, underdevelopment.

Introdução

Nos últimos anos houveram importantes iniciativas governamentais e da sociedade de maneira geral buscando pensar os países de língua portuguesa, especialmente na tentativa de maior aproximação com aqueles povos que possuem um passado em comum, marcado pelo processo de

colonização. Nesse caso, Portugal surge no papel de metrópole e os outros países no de colonizados. Essa aproximação histórica requer, entretanto, analisar o que se produziu de semelhanças e de diferenciações tanto ao longo do processo colonial quanto no período que se sucede ao colonialismo, após a independência. De imediato chega-se a uma

* Professor do Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). e-mail: veudes@ige.unicamp.br

diferenciação importante entre esses países, qual seja, o tempo de duração da colonização durante o qual cada um deles ficou sob o controle da metrópole portuguesa, resultando deste contexto formas distintas de organização socioeconômica e espacial. Deve-se se considerar, também, como fator de diferenciação, as particularidades históricas de cada um deles que independe do processo colonial, sendo mais diretamente associado à própria dinâmica sociocultural de formação de cada nação.

A colonização, entretanto, aproximou sobremaneira o destino dos povos, haja vista que a implantação desse sistema possuía como objetivo comum desenvolver uma eficiente estrutura de exploração que garantisse uma acumulação primitiva nos países centrais a partir da produção e circulação de mercadorias seja de matéria-prima seja da comercialização de força de trabalho escrava. Processo no qual a economia portuguesa se assentou em todo o período colonial e que lhe rendeu um importante afluxo de capital.

O Brasil e os demais países que viveram um processo de colonização organizam suas economias para produção de mercadorias destinada ao centro do sistema. Nesse sentido, mesmo sendo incorporados em plena vigência do sistema capitalista, esses países já emergem modernos, na medida em que, desde os seus primeiros passos, a mediação que se estabelece é pela forma mercadoria.

Assim, os países que se constituíram desse processo herdaram nas suas estruturas as marcas de uma organização socioespacial definidas para a produção de mercadorias para a exportação, resultando disso fragilidades econômicas e grandes desigualdades sociais as quais jamais conseguiram superar. Há em comum o fato de que tanto as formas de organização do período colonial quanto as que apareceram depois quando já se definiam como Estados nacionais independentes foram ajustadas pelos desígnios de outros, naquilo que PRADO Jr. (2008 [1965]) define para o Brasil, mas que vale também para os outros países colonizados, como “o sentido da colonização”. Ou seja, o de se voltarem, no passado e no presente, para a produção de mercadorias destinadas ao mercado externo. Esses dois momentos, entretanto, se

configuram como etapas que estão subordinadas à acumulação do capital.

A adequação de seus territórios à lógica da produção de mercadoria resultou em espaços nacionais sob o controle do capitalismo mundial, o que impôs um movimento de reposição constante de modernização para a superação (quase nunca conseguida) de não-simultaneidade externa e interna (KURZ, 2002). Isto é, ao mesmo tempo em que a expansão do capitalismo gerava acumulação de riquezas e a formação do trabalho livre no centro (na Europa), na periferia do sistema (nos países colonizados) produzia a miséria e o trabalho escravo. Apesar de constituírem-se movimentos opostos, são partes de uma mesma frequência dos processos de organização econômica.

O fato de a tomada de decisões pertencer ao centro em cada uma dessas situações a determinou o tipo de mercadoria que se deveria produzir, obrigando os territórios em formação a frequentes adaptações de suas estruturas aos desígnios do capital. Das ingerências do grande mercado consumidor resultaram as dinâmicas dos lugares, ora se colocando em evidência por produzir as mercadorias demandadas pelo mercado, ora “submergindo” quando as mercadorias que produziam tornavam-se menos rentáveis ao circuito do capital. Provêm dessa lógica as diferentes tentativas de aceleração de modernização pelas quais os países colonizados passaram.

Nesse sentido, pretende-se neste artigo analisar dois países de colonização portuguesa, quais sejam: Moçambique e Brasil. Pretende-se especialmente verificar alguns aspectos da questão agrária destes países e o que se pode indicar de semelhanças e de diferenciações entre eles no que diz respeito às suas trajetórias históricas e às suas dinâmicas agrárias do presente.

Breves Considerações Sobre o Processo Colonial Moçambicano e Brasileiro

O processo colonial pelo qual passaram Brasil e Moçambique deixou marcas na organização socioespacial, econômica e cultural desses países. A confluência de mercados e de pessoas com distintos interesses para estes territórios

incorporados à metrópole portuguesa no início do XVI produziu, dentre outras variantes, heranças na mestiçagem e na cultura de sua população, embora se perceba que esta mescla demográfica esteja muito mais presente no Brasil do que em Moçambique. O aspecto cultural dos dois países, no entanto, deixa claro à importância que estes territórios tiveram como local de passagem ou de destino de diferentes povos.

Este processo de miscigenação não decorre apenas do período colonial português, mas, ao menos no caso moçambicano, resulta do contato das populações autóctones com uma variada gama de povos que passaram pela costa oriental africana muito antes do processo colonial. Consta que no século II d.c. os povos dessa região já realizavam comércio nos portos do oceano Índico. No século VIII os contatos comerciais e também a navegação atingiam a península arábica e o golfo Pérsico. Estes povos estabeleceram entrepostos na costa africana, nas denominadas "Terras de Sofala" por volta dos séculos IX e XIII, realizando trocas envolvendo, especialmente, tecidos da Índia por ferro, ouro e outros metais. No século XIV, Moçambique fazia parte de uma intensa rota de circulação de homens e mercadorias que atingia do norte ao sul da costa oriental africana, além da Índia e do Oriente Médio. No início do século XVI os portugueses se deparam na costa oriental africana com uma complexa rede de intercâmbio de mercadorias e uma mistura de povos incluindo africanos, árabes, hindus e persas. Este fato levou à formação de uma sociedade que detinha um acúmulo de riqueza material e uma cultura complexa, resultando disso distintas influências, especialmente do mundo árabo-islâmico (ZAMPONI, 1999).

A história de Moçambique passa a se aproximar da brasileira com o processo colonial. A partir do século XVI transformam-se em áreas que cumprirão o papel de garantir o fluxo de capital para a metrópole portuguesa num amplo sistema mercantil cujas bases são preparadas para permitir a articulação e os suportes para a produção e circulação das mercadorias, que garantirá a acumulação primitiva da metrópole.

Para NOVAIS (1979, p.97-98), é o comércio colonial o "*sentido último (aceleração*

da acumulação primitiva de capital), que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo".

Assim, na divisão territorial do trabalho colonial português cabia ao continente africano (especialmente, a Angola, a Moçambique e a Cabo Verde) os meios para abastecer, em regime forçado, a força de trabalho necessária, enquanto que o Brasil tornou-se a principal área consumidora de tal força de trabalho e com ela a possibilidade de garantir o fornecimento de matéria-prima agrícola e mineral para a metrópole. Este é o primeiro elo efetivo estabelecido entre os dois povos e que se constituirá uma herança de proximidade entre eles. Isso não quer dizer, entretanto, que também Moçambique (me detendo apenas ao caso analisado) não tenha colaborado com a produção de mercadorias primárias para o enriquecimento da metrópole, uma vez que contribuiu especialmente com ouro, marfim e, mais tarde, com algodão e tabaco. Mas, é o comércio de escravos a principal atividade econômica desenvolvida por Portugal no território africano sob seus domínios, na medida em que a metrópole portuguesa atenderá a um amplo mercado de escravos para o qual era fornecedor, como argumenta Capela quando trata do tráfico de escravos na Ilha de Moçambique (ZAMPONI, 1999, p. 61):

"(...) Só em 1788 saíram da Ilha de Moçambique mais de 5.500 escravos 'manifestados e despachados' que rederam mais de cem mil patacas. A caminho de finais de século o tráfico de escravos era onnipresente na costa oriental de África, desde Quiloa a Lourenço Marques. Os navios negreiros eram de nacionalidade mais diversa. Além da francesa, aparentemente a mais numerosa, havia navios com passaporte dinamarquês, inglês, norte-americano, espanhol, além do português".

Como se observa na citação acima, o próprio tráfico negreiro era uma condição para a acumulação de capital no sistema colonial. Este tipo de comércio produziu, inclusive, uma importante

elite mercantil na África, no Brasil e em Portugal, indicando que uma das pontas deste sistema se mantinha com a circulação de capital decorrente da compra e venda de escravos, comércio de grande rentabilidade para a metrópole, como argumenta NOVAIS (1979, p.98):

“A escravidão foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o tráfico negreiro que a alimentou, um dos mais rentáveis do comércio colonial. Se à escravidão africana acrescermos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil, - ‘encomienda’, ‘mita’, ‘indentured’, etc. - resulta que estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre”.

Embora em número mais reduzido do que o de Angola, a entrada de escravos moçambicanos no Brasil se manteve durante todo o período colonial brasileiro e representou uma parcela de incremento de força de trabalho importante para a economia que se desenvolvia neste território, especialmente associada à exploração agropecuária e mineral.

Apesar de sua articulação, a economia colonial organizada por Portugal apresentou particularidades e isso teve reflexo na organização econômica e socioespacial dos países colonizados, é o que tentaremos mostrar para o caso brasileiro e moçambicano, no que se refere particularmente à questão agrária.

A partir das especificidades do processo colonial, somadas a questões históricas, culturais, econômicas e geográficas é possível identificar diferenciações que refletem na organização do espaço agrário dos dois países.

Como vimos, o maior interesse de Portugal por Moçambique se deu especialmente pelo comércio da força de trabalho em detrimento de outras atividades econômicas que ocorreram naquele território. Mesmo acontecendo exploração da terra para a produção de gêneros agrícolas, o comércio de escravos era a atividade verdadeiramente rentável e de maior interesse da metrópole portuguesa em Moçambique. Somente com a crise do escravismo nos países coloniais que o território moçambicano passa a receber mais atenção da metrópole portuguesa, no sentido de sua ocupação mais efetiva. Esta foi reforçada no momento em

que as metrópoles coloniais empreenderam a partilha da África, decidida na Conferência de Berlim em 1884/1885. A partir de então, Portugal busca efetivar uma economia colonial baseada em grandes plantações monocultoras para exportação, especialmente associadas à produção de açúcar, algodão, sisal, tabaco e copra.

Tal economia agrária colonial não ocorreu diretamente com o empreendimento de Portugal, como ocorreu no Brasil, mas a metrópole concedia às companhias estrangeiras privadas, conhecidas como “Companhias Majestáticas”, o direito quase soberano de explorar o território e a sua população a partir do desenvolvimento de um sistema de arrendamento destinado à exploração das terras e da força de trabalho de Moçambique. Além disso, delegava poderes para que tais companhias instituíssem e cobrassem impostos da colônia. Esta iniciativa rendeu importantes dividendos para a metrópole portuguesa.

Em Moçambique, as Companhias Majestáticas empregaram de maneira mais intensa a exploração da força de trabalho em regime forçado, através do *chibalo*. Este sistema consistia na prisão da população nativa que não podia arcar com o pagamento de seus impostos em dinheiro, como estipulava o “Imposto de Palhota”. Neste caso, era submetida, sob prisão, ao trabalho de exploração agrícola exportadora, especialmente nas culturas de algodão e de tabaco. Esse sistema permitia ainda o recrutamento e a venda de pessoas para o trabalho nas minas da África do Sul. Esse período foi marcado também pela formação de grandes latifúndios pertencentes a estas empresas estrangeiras e à elite colonial portuguesa, como esclarece WUYTS (1981, p. 08):

“Ao lado deste aspecto principal da formação econômica colonial [exploração de mão-de-obra no sul de Moçambique e da difusão da agricultura comercial exportadora no centro e norte da colônia], durante o primeiro período da colonização também se viu a imigração de colonos portugueses na colônia, o que, nas áreas rurais, conduziu à formação de latifúndios. Estes latifúndios foram constituídos através da apropriação pelo latifundiário de grandes parcelas de terra do campesinato, sendo numa parte dessas terras

reservada à sua própria produção, e o cultivado por rendeiros. Os rendeiros pagaram renda tanto em gêneros como em trabalho na terra do latifundiário. Ao lado desta fonte de mão-de-obra, o latifundiário podia também contar com o sistema do chibalo ou trabalho forçado. Este sistema semifeudal era muito parasitário na sua essência, na medida em que – enquanto explorava o campesinato – na maioria dos casos não contribuía de maneira notável ao desenvolvimento das forças produtivas”.

Diferentemente de Moçambique, a presença da metrópole portuguesa no Brasil foi direta, no sentido de que é ela própria que cuidará de administrar os recursos e o povoamento, especialmente no que diz respeito a garantir que efetivamente ocorresse a posse da terra da colônia. Embora a elite portuguesa esboçasse resistência em se deslocar para o Brasil, a coroa logrou a transferência de alguns indivíduos, a maioria de pequena expressão social e econômica no reino, para tomar posse de grandes extensões de terras lineares que variavam de 30 a 100 léguas na costa brasileira naquilo em que se constituiria o regime de capitanias hereditárias (PRADO Jr., 1976). A implantação de tal regime possibilitou não somente a efetivação do povoamento inicial do território, mas permitiu desenvolver a primeira atividade verdadeiramente importante para Portugal, qual seja, a cana-de-açúcar. Nas palavras de NOVAIS (1979, p.93), “Destarte, a colonização da América Portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira, para o mercado europeu, e assim desenvolveu-se ao longo do século XVI”. Esta atividade econômica necessitava de grandes extensões de terra para se tornar viável, além de muitos trabalhadores braçais. Em relação a estes últimos, tratava-se de uma tarefa custosa para a sua efetivação, haja vista a situação precária de Portugal no que diz respeito a disponibilidade de força de trabalho. O fato é que em Portugal não havia braços suficientes para mandar para a colônia e a mão de obra indígena existente no Brasil, transformada inicialmente em escrava, não conseguia oferecer resultados satisfatórios. Foi preciso, então, recorrer ao trabalho escravo vindo da África para atender a falta de mão-de-obra na colônia.

No Brasil, a expansão do povoamento para o interior, após o pouco sucesso do regime de capitanias hereditárias, se deu com a implantação de posses menores a estas, mas também de grandes dimensões. Esse regime de sesmaria somente se efetivou porque a coroa portuguesa obrigava a quem adquirisse a posse de terra na colônia permanecesse e fizesse uso dela. A impossibilidade, entretanto, de ocupá-la, fez com que o sesmeiro concedesse em seus domínios parcelas de terrenos aos camponeses em regime de arrendamento, frequentemente adotando relações não capitalistas de produção (MARTINS, 2004), ou seja, pagamento em gêneros alimentícios ou trabalho pelo uso da terra. Isso em um momento em que o Brasil já disponibilizava de um razoável contingente de população não escrava constituída predominantemente de pessoas nascidas neste território e com grande recorrência de miscigenação.

O sistema de arrendamento das grandes propriedades sesmarias que ajudou no povoamento do território brasileiro será complementado por ações de ocupação de terras livres e/ou de sesmeiros por levas de camponeses que não possuíam outra alternativa de acesso à terra, senão a de tomar posse dela porque já estava concentrada em poder de alguns. Esta situação levou com grande frequência a conflitos agrários violentos que se espalharam pelo território que se colonizava. Esse processo garantiu não somente o povoamento da hinterlândia brasileira, mas nasce daí pequenos posseiros de terras que passaram a produzir para a sua subsistência, mas também para um nascente mercado local, que surge do excedente desses camponeses. Parcela de produtores agrícolas com grande importância atualmente no Brasil agrário¹.

Os processos de colonização de Moçambique e do Brasil apresentam, desta forma, algumas semelhanças, mas também diferenciações importantes.

A Questão Agrária Moçambicana e Brasileira: Pontos Divergentes e Convergentes

Se no caso de Moçambique a acumulação primitiva realizado por Portugal se deu especialmente

no comércio de escravos, no Brasil é a terra o elemento fundamental para a execução do projeto colonial, na medida em que com a posse dela era possível garantir a produção dos gêneros agrícolas, necessária à acumulação de capital que ocorria em Portugal. Estes cenários do processo colonial que, embora tenham sido produzidos mantendo uma mesma lógica sustentada na produção e circulação de mercadorias e fizessem parte de uma mesma engrenagem do projeto colonial, explicam algumas das diferenciações encontradas atualmente no espaço agrário dos dois países.

Além das distinções no modelo de colonização, é necessário considerar outros elementos indutores do processo de modernização capitalista que geraram diferenciações. Com destaque para o fato de que embora o capital busque homogeneizar as relações alicerçadas pela forma mercadoria, os descompassos que o capitalismo produz não desaparecem, e é isso que faz a formação permanentemente, e em simultaneidade, dos lugares centrais e dos periféricos.

No caso moçambicano, a economia colonial embora tenha servido também de produtor de mercadorias agrícolas para exportação, não mexeu de maneira decisiva na estrutura fundiária daquele país e tampouco na organização produtiva agrícola sustentada numa ampla presença de população camponesa. Esta sobrevive em extensões de terra relativamente diminutas, frequentemente, habitadas por comunidades territoriais e com uso de força de trabalho familiar intensiva e numerosa. Nesse contexto, há diferenciações na paisagem agrária brasileira e moçambicana. Especialmente se considerarmos as transformações pelas quais os dois países passaram no decorrer da segunda metade do século XX, quando o Brasil incorpora mais rapidamente o agronegócio sustentado na agricultura de exportação, enquanto Moçambique somente agora busca realizar a denominada Revolução Verde. Isso não quer dizer que estamos diante de países que caminham para consolidação de posturas distintas no processo de modernização capitalista. Pelo contrário, são sujeitados à mesma lógica do sistema produtor de mercadorias. O fato de ocuparem patamares diferentes na engrenagem desse sistema não significa que os desígnios de

países coloniais fornecedores de mercadorias primárias desapareceram, pois isso está lá nas suas estruturas.

Em Moçambique, as marcas do processo colonial não desapareceram, a herança desse período continua na sua estrutura econômica e social. A sua base produtiva é frágil e muito dependente da ajuda externa. A industrialização continua incipiente e tem dificuldade de se realçar diante de um quadro de dificuldades extremas deixadas por Portugal, amarras das quais o país ainda não conseguiu se desvencilhar e foram agravadas pelo trágico período de guerra civil logo após a independência, em 1975.

Por meio de uma rápida leitura do desempenho econômico de Moçambique contemporâneo é possível se avaliar o quão devastador foi o processo de colonização. O Produto Interno Bruto (PIB) do país, estimativa para 2008, era de U\$ 9.729 bilhões, equivalente a US\$ 475 per capita. A balança comercial moçambicana possui um fraco desempenho, apresentando-se frequentemente negativa, cujo volume de importação supera frequentemente o de exportação. Esta última se baseia em alguns produtos de origem agrícola ou mineral. A industrialização existente (que contribui com 27% do PIB do país, mas emprega apenas 5% da força de trabalho, em 2003) mais significativa está associada ao capital estrangeiro que nos últimos anos teve um relevante papel na inserção de recursos financeiros no país, particularmente investimentos na exploração de recursos minerais proporcionados, sobretudo, pela China. Os projetos de expansão do complexo mineral energético é o que mais se destaca na economia moçambicana e representa aproximadamente 45% do total de investimento adquirido por Moçambique nos últimos anos (Tomás A. Siteo, s/d). A existência de empresas de processamento desses recursos ainda é pouco freqüente no país, fato que demonstra que os países colonizados continuam sendo essencialmente fornecedores de matéria-prima para o centro do sistema.

Um dos poucos investimentos ocorridos em Moçambique indicando a presença de capital industrial de maior destaque trata-se da Mozal, empresa de fundição de alumínio viabilizada com

recursos advindos do consórcio viabilizado por bancos internacionais e agências multilaterais, especialmente de capital misto australiano, japonês, sul-africano e moçambicano. Esse projeto teve início em 1998 e estima-se que, quando estiver em plena capacidade de produção, incluindo as atividades indiretas, representará cerca de 10% do PIB de Moçambique. O que se questiona, todavia, acerca desse empreendimento, é se a isenção de impostos concedida pelo Estado à empresa e a moderna planta de fábrica instalada são capazes de gerar postos de trabalho que atendam às expectativas da população nacional (PNUD, 2006). Além disso, duvida-se se esse tipo de investimento contribui para a formação de uma economia com maior diversificação e que possa sustentar um projeto nacional de industrialização, especialmente que atenda à demanda das iniciativas locais.

Os indicadores sociais, do mesmo modo, continuam sendo extremamente precários. Com uma população de 20.530.714 habitantes (censo de 2007), sendo que mais de 10 milhões possuem idade inferior de 18 anos, o país que acaba de sair de uma guerra civil (finalizada em 1992) e que deixou consequências ainda não superadas, apresenta poucos avanços. Moçambique continua um dos países mais pobres do mundo, ocupando a posição de 172 de 182 países no Índice de Desenvolvimento Humano de 2007/8. (PNUD, 2009).

A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, é elevada. Em 2003, o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde de Moçambique apontava uma taxa de mortalidade de 124 por 1000 crianças nascidas vivas no país (INE, 2003). Esse dado indica uma situação de vulnerabilidade da população devido às precárias condições de vida, especialmente no que diz respeito ao acesso ainda muito restrito aos serviços sanitários. A cobertura do abastecimento de água em Moçambique atinge apenas cerca de 40% da população urbana e 42% da rural. O restante da população consome água imprópria. Segundo relato do documento "Moçambique: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, 2005", a falta das condições básicas de higiene, especialmente o consumo de água imprópria é um dos fatores responsáveis pelo elevado índice de diarreias que

agrava, por conseguinte, o quadro de desnutrição no país (que afeta 41% das crianças com menos de cinco anos de idade) e de aumento de doenças infecciosas. A desnutrição, aponta o documento, foi responsável, em 2004, por uma taxa de 22,5% das mortes computadas de crianças. (PNUD, 2006).

A Questão Agrária em Moçambique

As condições de vida são ainda mais precárias no campo, onde predomina uma ampla parcela de população que vive em condições de deficiência econômica em pequenas frações de terra. A posse de terra da maioria das famílias moçambicanas que mora no campo é de, em média, menos de três hectares, frequentemente áreas comunitárias², cuja produção destina-se essencialmente às necessidades de sobrevivência do grupo familiar, com pouco ou nenhum excedente que possa mandar ao mercado. Estima-se que a área cultivada per capita situa-se entre 0.6 ha a 1.1 por agregado familiar, mas mesmo diminuta a família não a cultiva na sua totalidade, devido à falta de condições materiais e humanas para aproveitar de maneira satisfatória esse recurso. No que diz respeito à educação da população no campo, a taxa de analfabetismo no país é de 72%, enquanto que no meio urbano é de 33% (2003), sendo que 67% para homens e 38% para mulheres. A maioria dos moçambicanos moradores no campo não possui energia elétrica (somente uma pessoa a cada quarenta possui esse benefício) e sobrevive com rendimentos per capita de aproximadamente US\$ 100 por ano, praticamente metade da renda nacional (PNUD, 2006).

A situação de precariedade econômica afeta especialmente a mulher, a qual possui um papel de destaque na sociedade moçambicana, visto que é ela a principal provedora da alimentação familiar, na medida em que se responsabiliza mais diretamente pela produção rural (WYNTER, 1991). As mulheres constituem o maior número de produtoras agrícolas em Moçambique e chefiam uma importante parcela dos agregados familiares. Após o fim do colonialismo, em 1975, e a implantação do regime socialista que levou a nacionalização dos serviços, da propriedade

e de outros setores econômicos fez com que o Estado formasse fazendas destinadas à produção comunitária, conhecidas como “machambas do povo”. Nestas áreas a participação feminina teve um papel relevante, especialmente na condução da produção e na gestão dessas áreas, muitas delas chefiadas por mulheres. Nas cercanias de Maputo, por exemplo, ocorreram importantes experiências nesse sentido a partir da introdução do cooperativismo nas Machambas do Povo cujas mulheres estão à frente de muitas unidades de produção através da União Geral de Cooperativas (UGC) (CRUZ E SILVA, 2002).

A agricultura ainda se sustenta à base de culturas alimentares de consumo da população local, atingindo cerca de 90% da produção total agrícola, produzindo com características essencialmente camponesas, na medida em que, além da pequena extensão de área, a produção

agrícola utiliza de poucos recursos financeiros, deficiente acesso a técnicas mais sofisticadas de produção e poucos insumos químicos. No que diz respeito às relações de trabalho, à contratação de trabalho assalariado na agricultura tem pouco significado no país, as práticas mais difundidas no campo moçambicano são as que aproveitam o uso de força de trabalho familiar ou as que adotam os sistemas de solidariedade camponesa a partir da ajuda da comunidade. As *machambas* que representam 99.7% da produção familiar e exploram 97% da área total agricultável são um importante suporte para a agricultura moçambicana. Embora ocorra produção comercial nas machambas, estas representam uma parcela muito reduzida da produção com esse fim, apenas 0.01% e explora 2% da área cultivada (Estratégia e Prioridades para o Desenvolvimento, s/d, p.16).

Tabela 01 - Produção e Áreas Semeadas das Culturas Agrícolas Básicas em Moçambique, 2005			
Produto	Área Semeada / (Ha)	Produção/ (Ton.)	Estrutura (%) Prod/Área
Milho	1 440 000	1 382 000	96,0
Mapira	530 000	308 000	58,1
Mexoeira	109 000	62 000	56,9
Arroz com casca	191 000	174 000	91,1
Feijão	451 000	201 000	44,6
Amendoim			
descascado	310 000	132 000	42,6
Mandioca	1 106 000	6 635 000	599,9

Fonte: Ministério da Agricultura/ Direção Nacional de Economia - Inquéritos Agrícolas (TIAs)

Tabela 02 – Produção agrícola das culturas de rendimento em Moçambique, 2005	
Cultura	Produção (em toneladas)
Algodão caroco	78.500
Castanha de Caju	104.337
Cana-de-açúcar	2.246.985
Chá folha verde	16.000
Citrinos	30.000
Copra	74.000
Tabaco	65.042
Girassol	7.000

Fonte: Ministério da Agricultura/ Direção de Economia

A atividade agrícola moçambicana concentra-se na produção interna garantida especialmente pela presença da agricultura camponesa. O milho é principal destaque da cultura básica do país ocupando cerca de 79% dos produtores e 35% da área cultivada, seguido da mandioca, mapira, feijão e amendoim.

Quando se trata das culturas de rendimentos, a cana-de-açúcar apresenta maior volume de produção no campo moçambicano, seguido da castanha de caju, algodão, tabaco e chá.

Comparando as duas tabelas verifica-se que apesar da presença de uma agricultura comercial e do esforço governamental para tornar

possível a expansão de culturas com potencial de mercado e de mais inserção no mercado externo é a agricultura camponesa com produção nas pequenas propriedades a que ainda sobressai no campo moçambicano. Este fato indica que a estrutura agrária do país ainda está centrada na pequena propriedade e na produção familiar e que a presença do agronegócio é reduzida. Tal situação do campo moçambicano contrasta com a brasileira, embora neste país a agricultura familiar tenha grande importância e represente o maior número de estabelecimentos agrícolas, especialmente no abastecimento do mercado interno, o agronegócio, comandado pelas grandes empresas transnacionais e pelos agricultores nacionais modernizados com produção agropecuária em larga escala, avançou nas últimas décadas.

As exportações agrícolas moçambicanas concentram-se em produtos não processados ou semiprocessados, com destaque para algodão (que representa 60.4% da área utilizada para as culturas de comercialização), tabaco, caju, açúcar, madeira e copra (Ibidem, p.13). As culturas do algodão e do caju representam as principais fontes de rendimento para uma parcela significativa das famílias camponesas moçambicanas, especialmente a do caju que é amplamente explorada nas *machambas*. No documento Estratégia e Prioridades para o Desenvolvimento Agrário, baseado em levantamento do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) de 2002, aponta que as famílias com maior renda no setor rural eram aquelas que se dedicavam a produção da castanha de caju e do algodão, além disso, essas famílias possuíam mais facilidade de acesso à terra, e as que mais obtinham recursos da venda de força de trabalho fora de sua unidade de produção. A respeito do emprego de força de trabalho no campo moçambicano o referido documento traz as seguintes observações:

"Ainda relacionado com o rendimento familiar, há evidências de pesquisas em Moçambique que sugerem que o mercado rural de mão-de-obra inclui actualmente dois tipos de emprego, um pouco remunerativo e de curta duração e outro tipo mais remunerativo e de curta duração e outro tipo mais remunerativo e de mais longo prazo.

Um exemplo do primeiro tipo de emprego é o trabalho na machamba do vizinho. Os dados do TIA (2002) indicam que o rendimento proveniente do trabalho do vizinho é 5 vezes maior do que o proveniente do trabalho na machamba de privados. No segundo tipo de emprego, o emprego em empresas não agrícolas e emprego migratório é um bom exemplo. Há evidências que sugerem que o rendimento proveniente da produção não agrícola representa mais de 70 por cento do rendimento total fora da machamba, onde cerca de metade desse rendimento provém de actividades ligadas à economia rural (manufatura, construção, etc.)." (Ibidem, p. 28)

A presença da pecuária também é fator importante na economia doméstica moçambicana. Embora tenha sido reduzido o efetivo de animais com a guerra, nos últimos anos esse seguimento voltou a crescer, especialmente animais de pequeno porte, como caprinos (27,8% do número total de explorações existentes), suínos (19,7%), galinhas (69,8%), patos (21,8%) e coelhos (29%). A atividade pecuária é realizada em sua predominantemente nas pequenas unidades agrícolas familiares. Mesmo o rebanho bovino que corresponde a 4% das explorações agropecuárias de Moçambique, é realizado em pequenas áreas. Nestas ocorre a concentração de 89% da produção nacional, cuja maioria absoluta das famílias que detém a criação desses animais em seus domínios possui um efetivo de menos de dez cabeças (Ibidem, p. 19)

Cabe destacar no setor agrário moçambicano a exploração da floresta tanto da madeira para uso comercial e para a produção de fonte de energia doméstica quanto da fauna ou ainda da formação de parques nacionais, reservas de caça, reservas florestais destinados a fomentação do turismo. A atividade turística associada ao uso das reservas naturais possui grande potencial de geração de renda para a população moçambicana, mas ainda é necessário volumosos investimentos em infraestrutura para dinamizar esse setor.

A exploração da madeira para fins comerciais das áreas naturais é também uma fonte de divisas para Moçambique, mas que traz

preocupações ambientais haja vista a exploração sem controle desse recurso. Essa preocupação se estende também para a exploração da madeira para fins domésticos, haja vista a ocorrência de grande concentração de população no campo que não possui outra alternativa de fonte de energia a não ser a derivada do carvão e da lenha. Cerca de 80% da população de Moçambique depende dessa fonte de energia para sobreviver. A flora moçambicana possui ainda grande valor como atividade extrativa não madeireira da população camponesa, especialmente relacionada ao aproveitamento de frutos, plantas medicinais ou para outros tipos de uso. (Ibidem, p. 25).

A caça constitui outra atividade econômica de relevância para a população que habita as áreas rurais de Moçambique, embora se tenha uma fauna bastante numerosa, a exploração em condições pouco sustentáveis pode gerar riscos de desaparecimento aumentando, assim, a precariedade das condições de vida da população camponesa.

Diante desse quadro, percebe-se que o setor agrário moçambicano demonstra fragilidades no seu desenvolvimento, a principal delas refere-se à dificuldade de acesso aos serviços financeiros tanto no setor familiar quanto no setor comercial. As dificuldades nesse setor correspondem especialmente as altas taxas de juros e a escassez de créditos em condições favoráveis destinados a uma agricultura que apresenta baixa rentabilidade. Soma-se a isso, a existência de escassa rede de infra-estrutura para escoamento da produção tanto de interligação interna no território nacional quanto de ligação ao principal porto exportador, em Maputo, e às regiões de fronteiras com países vizinhos. (Ibidem, p.31).

Há iniciativas das políticas governamentais para o setor agrícola que tentam alterar esse quadro, buscando inserir a agricultura na lógica de produção moderna, a partir de investimentos no agronegócio. Para alcançar a modernização agrícola adotam-se, especialmente, os preceitos da Revolução Verde, experiência de intervenção na produção agrícola que visa aumentar a produtividade com culturas de elevado rendimento e que foi implantada em alguns países principalmente do terceiro mundo na década de 1970, inclusive no Brasil. A implantação

da Revolução Verde em Moçambique visa atingir tanto as culturas essencialmente alimentares quanto as que se destinam a produção de energia, com destaque para o biodiesel e para o etanol. Para a obtenção deste último, busca-se ampliar a exploração da cana-de-açúcar, da mandioca e da mapira doce. No caso do biodiesel, busca-se investir em culturas como o girassol e a jatrofa curcus, que é uma planta resistente à seca, muito cultivada no sul do continente africano.

Segundo as políticas governamentais de Moçambique, o investimento na produção agrícola moderna visa intensificar o comércio interno e externo, colocando como estratégia integrar a agricultura de subsistência à economia de mercado e incentivar a participação e crescimento da agricultura empresarial. (Ibidem, p.32). As políticas estatais voltadas para o campo orientam também para a inserção da população camponesa na lógica da produção para o mercado. Isso significa um abandono das práticas agrícolas tradicionais por essa população e torná-la agricultores comerciais. Este direcionamento de políticas para o campo moçambicano atualmente, também foi aplicado para o campo brasileiro a partir, especialmente, da década de 1970, o que resultou uma ampla desestruturação do modo de vida da população camponesa brasileira e um intenso êxodo rural. Resta saber, qual o impacto da Revolução Verde na população moçambicana que ainda possui um forte vínculo com o campo e com formas tradicionais agrárias de produção e do modo de vida, diante de uma agricultura moderna que dentre outras coisas, é poupadora de mão-de-obra, desestruturadora dos saberes locais, além de ocupar as melhores terras com monoculturas que visam especialmente o abastecimento do mercado externo.

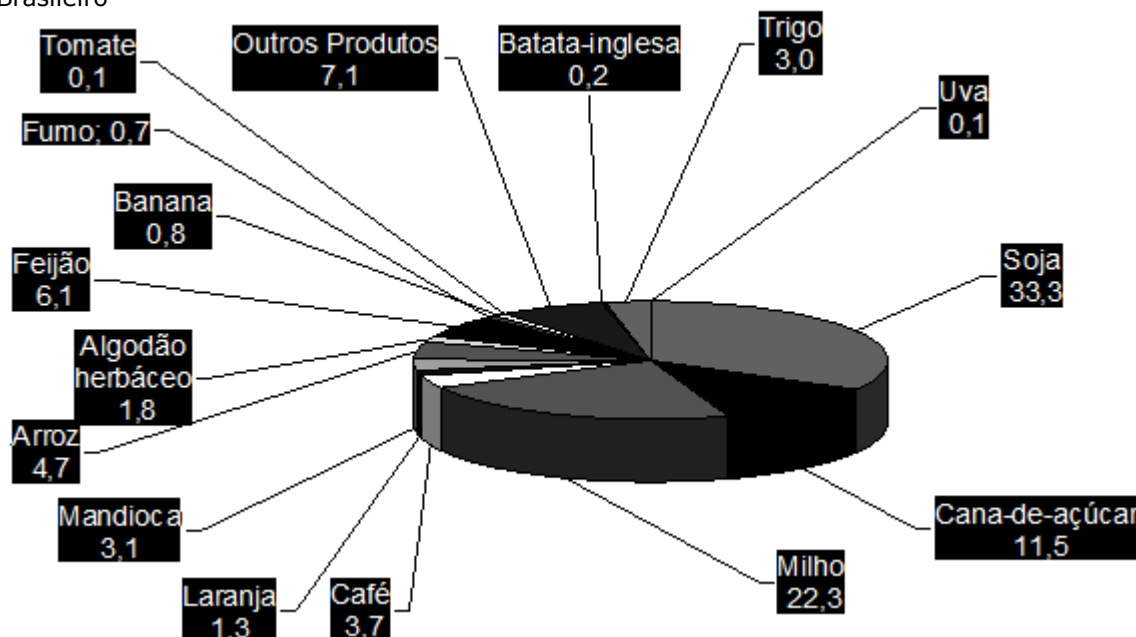
A Questão Agrária no Brasil

A agricultura brasileira é marcada também por uma herança profunda do período colonial. Embora ocorra atualmente a expansão da produção de *commodities* em condições modernas de produção para vastas regiões do território, fato que o qualifica como um dos principais produtores e exportadores de gêneros agrícolas do mundo, o país não se desvencilhou de seu passado colonial. A

estrutura econômica confirma que o Brasil continua sustentando o seu crescimento apoiado na produção de mercadorias, particularmente agrícolas, para atender o mercado externo. Apesar da crescente importância dos componentes industriais na pauta de exportação brasileira de hoje, o país permanece, em grande medida, atrelado aos desígnios de um país exportador de gêneros agrícolas. Tal fato indica que não houve descolamento total desses liames construídos a partir de sua inserção no sistema produtor de mercadorias, que nasce com o advento da colonização portuguesa. As estruturas agrário-exportadoras, as quais fundamentaram as formas organizadoras do território brasileiro, persistem mesmo ocorrendo alterações das suas configurações no que diz respeito à apropriação

das técnicas e das relações de trabalho. É o caráter mercantil que nos acompanha desde o período colonial e que se torna a linha mestra da formação territorial brasileira. No passado, o território se voltou para a produção de cana-de-açúcar, ouro, algodão e café, dependendo do momento histórico, definindo em cada um deles o que se denominou de ciclos econômicos, quando predominava um produto de interesse do mercado externo. Atualmente, continuamos produzindo cana-de-açúcar, algodão, café e agora também soja, produto que obteve um crescimento expressivo nas últimas décadas e representa a principal cultura agrícola do país (conforme se observa no gráfico 01) e de volume de exportação do campo brasileiro.

Gráfico 01 - Participação no total da área colhida (%), em 2007, no território Brasileiro



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2007.

No que diz respeito à estrutura fundiária brasileira também não se verificou significativas alterações desde o período colonial. Ela continua extremamente concentrada em poder de alguns

grupos econômicos. Esta herança do processo colonial continua, portanto, bastante presente no campo brasileiro e tem se agravado nos últimos anos, quando acontece a expansão do agronegócio

para a hintelândia brasileira.

O mais recente diagnóstico censitário do campo brasileiro, censo agropecuário de 2006, revelou que a concentração da propriedade da terra continua sendo um dos entraves para o desenvolvimento rural no país. O referido estudo apontou, por exemplo, que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares (1% do número total dos estabelecimentos) ocupavam 43% (146,6 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. Em contrapartida, 47% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total. Este fato indica que o latifúndio sempre foi uma constante na história brasileira e continua se reproduzindo com a mesma lógica do passado. Desse processo de concentração desigual da terra no Brasil resultou a exclusão de ampla parcela de população camponesa e o fomento a inúmeros conflitos agrários presenciados em vários momentos da formação territorial do país, além da recorrência de movimentos sociais camponeses em incessante luta pela posse da terra e do intenso êxodo rural que ajudou a intensificar o processo de urbanização do país.

Outra característica fundamental do campo brasileiro decorrente da concentração fundiária é o uso improdutivo de uma parcela significativa da propriedade da terra, muitas delas sendo aproveitadas apenas como reserva de valor, especialmente quando se trata dos latifúndios. Neste sentido, é possível afirmar que no campo brasileiro a terra serviu historicamente como um atributo que produz renda fundiária para aqueles que a detêm. No passado, ainda no período colonial, ter a posse da terra significava obter renda capitalista a partir do seu arrendamento, comumente cedida para pequenos camponeses sem terra que a colocava para produzir com o trabalho seu e de sua família, mediante pagamento de um tributo que podia ser em produto ou, às vezes, em trabalho. A terra pertencia a uma diminuta parcela da população do território colonial, na medida em que se tratava de um direito concedido pela metrópole àqueles portugueses que resolvessem se instalar no Brasil, o sesmeiro. Este donatário fundiário, entretanto, somente lograva manter a posse de suas grandes extensões de terra com a participação dos que

não possuíam esse bem. Com isso, o sesmeiro ao realizar o parcelamento da terra e a cessão para os despossuídos fundiários, acumulava riqueza sem a necessidade de disponibilizar de seu capital para colocá-la para produzir sem despendar salário aos trabalhadores. O fato de possuir a posse da terra lhe garantia auferir uma renda fundiária. Esse sistema de arrendamento sem recorrer ao assalariamento vigorou mesmo após o fim das sesmarias, com a implantação da Lei de Terras de 1850, na qual regulamentava a posse de terra no Brasil. Esta Lei, entretanto, não modificou substancialmente a estrutura fundiária brasileira, ao contrário, passa a garantir ainda mais privilégios aqueles que já possuíam a terra, na medida em que o direito de ser proprietário passa a ser permitido a quem podia pagar monetariamente por ela, situação que limitava o acesso à terra a levas de trabalhadores ou de escravos que foram sendo libertos (OLIVEIRA, 1991).

No presente, além do tributo do arrendamento fundiário que continua existindo em vastas regiões do território brasileiro, o proprietário adquire a valorização de sua terra quando o Estado dota de infraestrutura áreas que há pouco tempo não estavam tão integradas à modernização do território. Mesmo quando essa modernização não chega efetivamente aos rincões do país, a perspectiva de implantação de capital nesses lugares já é motivo de tornar a terra valorizada. Esta situação foi constada com a expansão da modernização capitalista para as regiões da hinterlândia brasileira a partir dos anos de 1970, especialmente para a Amazônia quando houve uma usurpação por grupos de latifundiários de maneira irregular de amplas parcelas de terras, frequentemente pertencentes ao Estado. Muitas delas já eram habitadas por população camponesa, comunidades indígenas e quilombolas, antes mesmo da chegada dos primeiros grupos econômicos que se instalaram para produzir agricultura moderna. O resultado dessa ocupação por latifundiários foi o acirramento dos conflitos fundiários nessa região com expressivos números de mortes de trabalhadores do campo (OLIVEIRA, 1988).

A ocupação da hinterlândia brasileira nas últimas décadas, no que passou a ser chamada

de “fronteira agrícola”³, revela-se um capítulo importante da história agrária recente do país, por isso, merece algumas considerações a esse respeito, pois pode nos ajudar a melhor conhecer a questão agrária brasileira contemporânea.

A Expansão da agricultura Moderna para a Hinterlândia Brasileira e os impactos nas Terras das Comunidades Locais

A década de 1970 é um período de especial importância para a formação das características produtivas atuais do campo brasileiro, na medida em que houve naquele momento novas conjunturas econômicas, externas e internas, favoráveis à expansão agrícola moderna, destacando-se, dentre outras, a crescente urbanização e a crise do petróleo, esta última decretada nos primeiros anos 1970.

O novo contexto mundial de aumento do consumo das mercadorias agrícolas (cana-de-açúcar, soja, laranja, trigo, café etc.) foi um elemento indutor importante para a formulação de políticas por parte do governo brasileiro naquela década, cuja execução buscava garantir o abastecimento do mercado externo de alimentos; reduzir o impacto do aumento dos preços dos combustíveis fósseis, substituindo-os pelo álcool, da cana-de-açúcar; e, ao mesmo tempo, possibilitar a entrada no país de recursos financeiros para custear seu crescente parque industrial. Além disso, a própria expansão da urbanização brasileira tornou-se outro fator que obrigou o direcionamento de investimentos para a agricultura como atividade que sustentaria as demandas por alimentos colocadas internamente. A fronteira agrícola deveria cumprir, nesse sentido, o objetivo que o governo brasileiro se propôs, o de se assumir como grande fornecedor de produtos agrícolas para o mundo. Isso poderia ser assegurado na medida em que no interior do Brasil havia grandes espaços que se imaginava disponíveis para a agricultura. Tratava-se de terras onde se encontravam os grandes platôs planos que facilitavam desenvolvimento da agricultura capitalista em larga escala com uso de maquinários modernos. Para efetivar a ocupação dessas áreas foram criados programas governamentais que, a partir de então, se

configuraram como o sustentáculo de crescimento produtivo da hinterlândia brasileira, especialmente, nas denominadas regiões dos biomas de cerrado e da floresta equatorial. A saída para a ocupação veio também com as políticas de incentivos fiscais concedidos pelo governo para estimular a ocupação e incentivos para a mobilização de população para a região, sendo escolhidos especialmente os produtores da região sul do Brasil onde havia maior presença de população de origem europeia e que se presumia que ela poderia promover mais rapidamente a incorporação de técnicas modernas na agricultura.

Para dar impulso à aceleração dessa agricultura modernizada foi institucionalizado, ainda nos anos 1960, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como forma de disponibilizar mecanismos legais para o financiamento do capital agropecuário. A partir desse momento, o Estado passa a atuar como avalista incondicional dos grupos econômicos que se encarregariam de implementar as novas tecnologias para a produção agropecuária. Na fronteira agrícola são estes grupos os condutores, impulsionados pelas exigências do grande mercado interno e externo, dos novos processos produtivos do campo brasileiro, assim como os definidores de quais culturas a serem escolhidas para produção em conformidade com os critérios de rentabilidade financeira que poderiam gerar. Essa política visava, sobretudo, no aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias e a formação de Corredores Viários de Exportação, fato que atraiu várias grandes empresas oriundas do Centro-Sul brasileiro para a fronteira agrícola. Estas empresas buscavam aproveitar as vantagens locais existentes nesta região, dentre outras, terrenos em grande extensão com topografia plana e com baixos custos. Além disso, havia a possibilidade de escoamento da produção por vários portos do Brasil (BERNARDES, 1996).

Se as políticas estatais, sobretudo as de créditos, foram importantes para atrair capital ao setor agropecuário, elas constituíram também um ponto fundamental para que esse mesmo capital migrasse para fora do eixo de maior concentração de riquezas do país, as regiões Sudeste e Sul. O capital agropecuário moderno ao se deslocar

para a fronteira agrícola vai se aproveitar não somente das vantagens de créditos oferecidas pelo governo, mas de toda a rede de infraestrutura (sistemas viários, de armazenamento, eletrificação, comunicação, etc.) construída pelo poder público nestas áreas. Além disso, apropriou-se de vastas extensões desse território, em alguns casos para o uso efetivo dele. No entanto, na maioria das vezes, eram terras adquiridas para transformá-las em reserva de valor, na medida em que se apropriavam delas, em muitas situações, de maneira irregular, e em pouco tempo valorizavam-se pelas melhorias incrementadas pelo Estado. Isto gerava, em contrapartida, um enorme processo especulativo.

Embora tenha ocorrido um aumento do mercado interno e da produção industrial brasileira, especialmente a partir do crescimento da urbanização nacional, isso não subtraiu, entretanto, nosso sentido agroexportador. A agricultura continuou recebendo um grande volume de investimentos públicos, concentrando-se, a partir de então, de maneira mais incisiva, naquelas culturas de maior inserção no mercado externo, ou naquelas voltadas para o mercado interno de combustíveis, como é o caso da cana-de-açúcar para a produção de álcool. Esse privilégio dado à agricultura exportadora não foi concedido com o mesmo interesse à produção daquelas culturas destinadas ao mercado consumidor interno. Observa-se, neste sentido, que nas últimas décadas houve negligência no que se refere à produção de certos gêneros agrícolas que constituem a base da alimentação da população brasileira, como o feijão e a mandioca. Em contrapartida, verificou-se um crescimento substancial das áreas para produção de soja, cana-de-açúcar, algodão. A pressão para a expansão de culturas de exportação produziu, inclusive, mudança no hábito alimentar da população brasileira que se viu forçada a consumir determinados tipos de produtos industrializados derivados da cultura de exportação, mas que não possuíam a mesma inserção no mercado internacional. Cita-se aqui o caso da soja cujo derivado que mais interessa ao mercado consumidor externo é o farelo. Sobre, assim, o óleo que se tornou o produto básico na preparação da alimentação brasileira, em detrimento de outros tipos de gorduras animal

ou de óleos vegetais (algodão, amendoim, etc) bastante utilizados no passado (OLIVEIRA, 1991).

Apesar do uso de técnicas modernas do plantio à industrialização que se verificou na agricultura brasileira, as situações que envolvem a produção das grandes lavouras modernas se assemelham às de outros períodos da história do país em que as monoculturas se tornaram hegemônicas. É o caso, dentre outras, da cana-de-açúcar, do café e do algodão. Isto é, tais produções expandiram-se condicionadas pelas demandas do mercado externo, pela imposição de formas homogêneas de produção e pela associação com a grande propriedade fundiária rural, gerenciada por poucos agentes econômicos.

Uma das consequências do processo de ocupação das terras da fronteira agrícola brasileira foi o fato de que ao passo que essa terra passa a se transformar em mercadoria, passível de especulação, distancia da dimensão que as comunidades camponesas e indígenas sempre tiveram dela, qual seja, como lugar da sobrevivência da família porque dali tiravam o seu sustento. A terra para a família camponesa é o lugar de produção e reprodução da vida, diferentemente quando essa mesma terra é ocupada para obtenção de lucro, conforme nos esclarece MARTINS (1982, p. 60):

“Quando capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura”.

A transformação da terra como instrumento de negócio e não mais como local de manutenção da vida das famílias camponesas, ocasionou, nas áreas de fronteira agrícola, uma forte

desarticulação de pequenas comunidades que viviam da agricultura. O que se observou nestas últimas décadas no Brasil foi um intenso êxodo rural, sendo que muitas das famílias que perderam suas terras para o grande capital migraram para as cidades, frequentemente para centros urbanos regionais importantes ou para as regiões urbanas metropolitanas, agravando o problema da miséria de uma parcela da população brasileira. Por outro lado, as famílias que perderam suas terras, mas permaneceram no campo, vivem precariamente de trabalhos temporários em grandes explorações agrícolas, às vezes em condições similares ao período escravista, ou se inserem na luta pela conquista de um pedaço de terra, organizando-se em movimentos sociais que se espalham pelo campo brasileiro e são responsáveis por reconquistar o direito a permanecer e produzir no campo brasileiro.

Verifica-se, neste sentido, que a característica mais marcante da agricultura brasileira é o seu caráter contraditório que se arrasta desde as origens da constituição dessa nação. Esse contexto não se altera com o processo de modernização contemporâneo da agricultura. A produção tecnicamente sofisticada, utilizando desde agricultura de precisão e maquinários extremamente modernos convive com formas que ainda insistem em permanecer vivas na estrutura agrária brasileira. Esses fatores indicam que o processo contraditório pelo qual a sociedade brasileira se formou ainda continua no presente.

Considerações Finais

A tentativa dos países lusofalantes de criação de uma agenda em comum, associada ao comércio e a aproximação lingüística que apresenta como política mais efetiva o acordo ortográfico ocorrido recentemente entre os países de língua portuguesa, coloca em debate o que realmente pode unificar esses povos. O passado é um ponto de partida importante dessa convergência, na medida em que as nações constituintes desse grupo viveram todo o processo que caracterizou a economia colonial cujo sentido era a de produção de mercadorias para atender a metrópole portuguesa, favorecendo nela a acumulação primitiva do

capital, conforme admite PRADO Jr. (2008). É importante esse passado porque dele resultaram os países e a maneira pela qual se estruturam hoje, com sua ainda intensa dependência em relação aos mercados do centro do sistema capitalista e seu caráter agroexportador que, todavia, domina o cenário econômico, ou tenta-se criar as condições para que este sentido prevaleça, como no caso de Moçambique que busca estabelecer uma economia mais inserida no mercado externo, mas com produtos primários como tentativa de superar o descompasso econômico frente a outros países subdesenvolvidos. Desse modo, os países ainda não se desvencilharam do seu passado marcado pela colonização, embora essa colonização apresente nuances entre aqueles que participaram do processo. É o caso de Moçambique e Brasil, que participaram ativamente da engrenagem para a acumulação primitiva no centro do sistema, mas abastecendo, às vezes, com mercadorias distintas esse circuito; o Brasil com gêneros agrícolas e minerais e Moçambique predominantemente com força de trabalho escrava. Essa diferenciação pode ser um ponto de partida para explicar a estrutura fundiária nos dois países, sendo que no caso brasileiro prevalece a grande propriedade monocultora enquanto em Moçambique predominam as pequenas unidades camponesas, embora neste último, não seja possível descartar totalmente a existência da grande propriedade. Entretanto, ela não possui a mesma importância como forma de exclusão social como se verificou no Brasil.

Se esse passado colonial nos aproxima, com algumas diferenciações, o presente da mesma maneira apresenta semelhanças nos seus traços fundamentais, fato que nos coloca numa mesma ordem dentro do sistema capitalista moderno, como produtores e fornecedores essencialmente de matérias-primas, embora possamos admitir que no caso brasileiro ocorra uma maior presença no seu comércio externo de produtos manufaturados. O conjunto da obra, entretanto, está associado à produção de produtos primários para a qual se destina uma parte importante do território e se cria uma rede de infraestrutura voltada especialmente para atender o escoamento de mercadorias para o mercado externo. Nesse caso, novamente o Brasil

conseguiu modelar seu território mais rapidamente aos interesses do capital do que Moçambique, por conta, dentre outros fatores, do tempo de duração do processo colonial, mais duradouro para o caso de Moçambique.

Do mesmo modo, os dois países não conseguiram superar as amarras das desigualdades sociais evidentes na paisagem e na vida social da população tanto no urbano quanto no rural. A permanência desses traços tanto em um quanto no outro país, com grandes semelhanças na maneira como se evidencia a pobreza, indica que o fato de um país se inserir na modernização capitalista mais velozmente como ocorreu no Brasil, não significa um avanço nas condições de vida de sua população, mas ao contrário, no caso brasileiro a modernização capitalista que deslocou expressivo contingente de população para as cidades caminhou na mesma

velocidade e em paralelo com a crise social e o acirramento dos conflitos de distinta natureza. A modernização pela qual o Brasil passou a partir especialmente dos anos 1970 teve como destaque a introdução do modelo de Revolução Verde poupadora de mão de obra e destinada à produção de gêneros agrícolas para exportação em grandes extensões de terra. Moçambique tenta seguir por esse mesmo caminho com vistas a uma ampla modernização do campo, apostando em produtos primários destinados à exportação ou à produção de biocombustíveis. Resta saber qual o impacto dessas novas políticas para o território daquele país, na medida em que a maioria da população ainda se encontra no campo e cuja produção de gêneros agrícolas ocorre em pequenas dimensões de terra, com poucas técnicas agrícolas modernas e com o uso intensivo de trabalho familiar.

Notas

1. O resultado do Censo Agropecuário brasileiro de 2006 (IBGE) apontou que a pequena produção agrícola é a grande responsável pelo abastecimento do mercado de alimentos no Brasil. Além disso, é o setor mais produtivo e que gera mais emprego no campo. Os pequenos estabelecimentos agrícolas (área inferior a 200 hectares) respondiam por cerca de 84,36% das pessoas ocupadas na área rural. Estes empregam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2000 hectare) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2.000 hectare). A agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar dos brasileiros, contribuindo por aproximadamente 70% do feijão, 87% da mandioca, 56 do leite e 46% do milho, produtos que são a base da alimentação da população brasileira (IBGE, Censo Agropecuário, 2006).

2. Em Moçambique a propriedade da terra pertence ao Estado. Este concede licenças de uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) a particulares, comunidades territoriais ou a empresas, mediante o pagamento de taxa de uso. A lei estabelece a necessidade do concessionário a elaborar um plano de exploração no ato do pedido. O Estado cede, então, por um período de cinco anos para

nacionais e de dois anos para estrangeiros um título provisório de uso, sendo necessário no final desse prazo solicitar prorrogação. Esse sistema de organização de distribuição, uso e posse da terra tem gerado vários problemas no país, especialmente no sentido de forçar os concessionários a cumprirem o compromisso de colocar a terra para produzir, além disso, o Estado tem dificuldade de acompanhar o desempenho dos agricultores, sendo que muitos deles deixam a terra improdutiva ou utilizam-na para outros fins. A Falta de atualização dos cadastros dos concessionários e a sobreposição de concessões são fatores geradores de conflitos de terra no país. Outro aspecto da Lei de Terras em Moçambique é o fato de ela conceder à comunidade local um papel importante na gestão da terra. Quando alguém solicita uma licença de uso é preciso um parecer da comunidade informando se a terra está ou não ocupada. A preocupação é evitar sobreposição de uso e acirramentos dos conflitos agrários. Destaca-se ainda, a respeito desta lei, o fato de o Estado moçambicano reconhecer os direitos consuetudinários (costumeiros) de ocupação das terras pelas comunidades locais, especialmente a possibilidade de respeito ao direito para que cada comunidade possa desenvolver o seu próprio sistema consuetudinário. Esse direito é extensivo

também à gestão de outros recursos naturais (NUVUNGA, 2006).

3. Entende-se por fronteira agrícola, apoiando-nos no conceito desenvolvido por Martins (1997), aquele espaço do interior do Brasil que imprime uma outra aceleração na reprodução capitalista. A sua constituição resulta da expansão de novas forças produtivas introduzidas por empresas e trabalhadores de posse de aparatos técnicos avançados, que se deparam com as populações locais, frequentemente pequenos proprietários de terras, indígenas e antigos fazendeiros. Esse território que se abre para o capital possibilita o encontro de duas realidades distintas: a modernizadora, comandada pelos agentes do agronegócio que detêm as inovações tecnológicas e o uso do trabalho com base no assalariamento, e a população local que se organiza sob outras estratégias de manutenção da vida, numa

associação mais estreita com o tempo da natureza. O espaço da fronteira nasce e se estrutura sob tensões, na medida em que se colocam em lados opostos os novos empresários personificadores do capital e as comunidades camponesas, indígenas e negras. Forma-se, então, um movimento cujas forças, comandadas pelos processos de aceleração da modernização, impõem-se às demais pelo uso de formas de violência que levam à exclusão do território do outro e com ele ao desaparecimento dos modos de organização da vida existentes anteriormente. Institui-se, assim, na fronteira agrícola a tendência à permanência de apenas um tempo do fazer e do viver, o tempo do capital, marcado pela anulação da diversidade e pela imposição de formas homogêneas de produzir ditadas pelo mercado. Enfim, a fronteira é o lugar onde uma outra velocidade da modernização se instala produzindo, por conseguinte, distintas formas de violência entre os grupos que se instalam e os que ali viviam.

Bibliografia

BERNARDES, Júlia Adão. "As Estratégias do Capital no Complexo da Soja". In: CASTRO, I.E.;

GOMES, P.C.C. & CORREA, R.L. (orgs.). *Brasil: questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-366.

CAPELA, José. "O Tráfico de Escravos na Ilha de Moçambique". In: ANGIUS, Matteo e ZAMPONI, Mario (orgs.). *Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Culturas*. Maputo: AIEP Editore, 1999.

CRUZ E SILVA, Teresa. "União Geral de Cooperativas em Moçambique: um Sistema Alternativo de Produção?" In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não-Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Estratégia e Prioridades para o Desenvolvimento Agrário*. s/d. Documento em PDF. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz>.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de*

Latifúndio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

KURZ, Robert. "As Leituras de Marx no Século XXI". In: KURZ, Robert. *Ler Marx. Os Textos mais Importantes de Marx para o Século XXI* (tradução: Grupo do Jornal Crítica Radical), Fortaleza, 2002, (texto mimeo).

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a Questão Política no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Fronteira: a Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUVUNGA, Boaventura. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Situação Actual e Perspectivas*. Porto Alegre: Conferência

da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, março de 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

PNUD. Moçambique: Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Maputo: PNUD, 2006.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 23ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

SITOE, Tomás A. Agricultura Familiar em Moçambique: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável. Maputo: Mimeo, junho/05.

WUYTS, Marc. Camponeses e Economia Rural em Moçambique. Maputo: U.E.M./C.E.A., 1981.

WYNTER, Pauline. "Propriedade, Mulheres Pescadoras e a Luta Pelos Direitos da Mulher em Moçambique". In: Estudos Moçambicanos, no. 10, Maputo: 1992, pp. 7- 17.

ZAMPONI, Mario. "Ilha de Moçambique: Encruzilhada de Povos e Culturas no Oceano Índico". In: ANGIUS, Matteo e ZAMPONI, Mario (orgs.). *Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Culturas*. Maputo: AIEP Editore, 1999.